

# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

12

Actas do Colóquio Internacional  
ORIENTALISMO ONTEM E HOJE

東方學國際研討會論文集  
東方學：過去與現在

## RELAÇÕES E CONFLITOS ENTRE OCIDENTE E PRÓXIMO-ORIENTE: O CASO DE TRÓIA

Por JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

*Professor da Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra*

O trabalho abordará um momento das relações dos povos que habitavam nas ilhas e margens do Egeu: depois de breve alusão aos chamados «Povos do Mar», centralizar-se-á nas informações e testemunhos de contactos entre os Micénios – que possivelmente se chamavam Aqueus – e os povos que ocupavam a Ásia Menor costeira, em especial os da cidade que se erguia na colina de Hissarlik, à entrada dos Dardanelos e à qual a tradição, na esteira dos Poemas Homéricos, dá o nome de Tróia. A tal propósito discutirá o trabalho a debatida questão da historicidade de Tróia, com uma referência às escavações que actualmente decorrem na referida colina, dirigidas por Manfred Korfmann; tratará também, como não podia deixar de ser, a complicada e quase insolúvel discussão da historicidade dos Poemas Homéricos, sobretudo da *Ilíada*. Estas questões conduzirão ao não menos complexo problema da Invasão dos Dórios, em que o autor não acredita e dirá das suas razões.

\*  
\* \*

Decorreu em Bona (de 16 de Novembro de 2001 a 1 de Abril de 2002)<sup>(1)</sup> uma exposição que patenteia de novo aos olhos surpresos dos visitantes os achados de Schliemann na colina de Hissarlik que tinham sido levados pelos Russos, durante a Segunda Guerra Mundial, fazen-

do cair o silêncio sobre o paradeiro do famoso espólio. Encontrava-se recolhido e depositado no Museu Puchkin de Moscovo e só mais tarde, recentemente, se soube do seu secreto esconderijo. Depois de muita insistência, conseguiram estudiosos alemães, em 1994, ver o famoso espólio e verificá-lo pela lista feita por Schliemann. Para isso levaram umas luvas brancas especiais que os especialistas russos louvaram, mas declinaram o seu uso, por terem mais confiança nas suas e com elas se fez o manuseio, verificação e estudo (fig. 1).

Estamos perante manifestações do fenómeno cultural, mito ou realidade, que começa a ganhar corpo quando Schliemann, profundo conhecedor da *Ilíada*, inicia as escavações em Tróia – ou melhor, na colina de Hissarlik, para contentar os cépticos – e descobre várias cidades sobrepostas. Com uma localização geográfica muito favorável, à entrada do Estreito dos Dardanelos, única entrada marítima para o interior da Ásia, compreende-se que Tróia, desde muito cedo, mantenha contactos com diversas e distantes partes do mundo conhecido de então (fig. 2)<sup>(2)</sup>.

E um dos contactos mais bem documentados, quer literaria, quer arqueologicamente, parece ser o que Tróia manteve com os Micénios: nome moderno que lhes advém da cidadela mais opulenta, Micenas, já que o etnónimo antigo que eles próprios se dariam deveria ser Aqueus<sup>(3)</sup>, esse povo – também ele uma descoberta de Schliemann – aparece no continente grego por volta de 1600 a.C., já como Gregos, como resultado de um longo processo de formação a partir de grupos de indo-europeus, entrados na Península Balcânica por volta de 2 000 a. C., em consequência de uma evolução lenta, em que os Minóicos exercem um papel de relevo, em muitos aspectos, a ponto de se poder falar de minoicização pelo menos da aristocracia, que, no entanto, não chega para lhe sufocar a originalidade. Seduzidos pela cultura de Creta, os Micénicos adaptam-na profundamente à sua mundividência. Como sublinham Wace e Blegen, não se trata de uma mera transplantação de civilização, mas «the fruit of the cultivated Cretan graft set on the wild stock of the mainland»<sup>(4)</sup>.

Provavelmente sem unidade política e divididos em reinos mais ou menos extensos que se estendiam até às ilhas dos mares Egeu e Iónico e às costas da Ásia Menor<sup>(5)</sup>, os Micénios formaram, apesar de tudo, uma sociedade opulenta e poderosa, amante da guerra e da caça (e nisso se distinguia da minóica), com um comércio florescente e relativamente desenvolvido, por mar e por terra, uma rede de estradas que passavam mesmo por locais difíceis<sup>(6)</sup>, com uma sociedade que, em muitos aspectos, exibia uma certa homogeneidade, sobretudo no domínio cultural. Essa sociedade requintada e opulenta entra em



Fig. 1

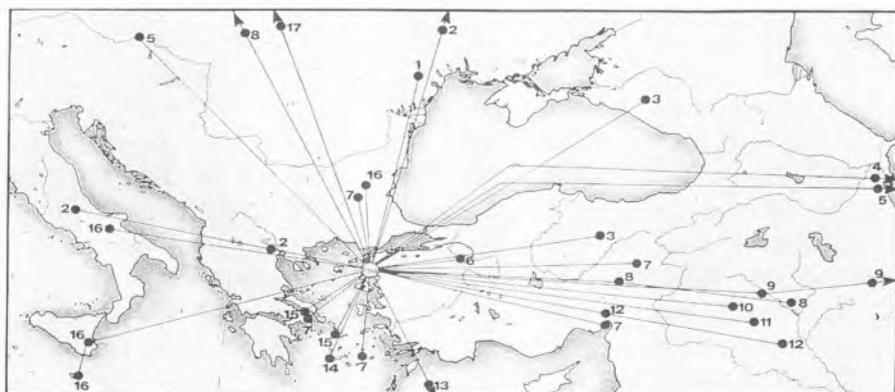


Fig. 2

declínio entre 1200 e 1100 a. C., com uma série de destruições a atingir os seus principais centros e a cair lentamente sobre a Grécia uma obscuridade de alguns séculos. Se na primeira metade do século XII a. C. ainda o Mundo Micénico consegue uma estabilidade relativa que permite um certo lampejo artístico e civilizacional, a partir do terceiro quartel, novas destruições precipitam o seu desaparecimento. A tradição atribui tal declínio à invasão dórica, mas deve ter uma origem mais complexa.



Chegaram até nós testemunhos de que os Micénios mantiveram assíduos contactos com os Egípcios e os povos da Ásia Menor, como o demonstram a arqueologia e as fontes escritas. E de contactos de Micénios com soberanos da Ásia Menor nos informam os arquivos hititas: que os seus soberanos mantiveram com o poderoso reino dos Ahhiyawa, etnónimo que hoje, apesar das dificuldades linguísticas e de nem todos concordarem com tal identificação, se aceita geralmente que possa corresponder ao dos Aqueus<sup>(7)</sup>. Stubhings (*CAH*, II. 2, pp. 186-187) nota que as relações entre os Ahhiyawa e o rei dos Hititas eram amigáveis e facilitavam os contactos comerciais dos Micénios com o Oriente – contactos comerciais que, segundo M. Heltzer, parecem ter existido também a nível estatal<sup>(8)</sup>.

Os referidos documentos, porém, não fornecem uma localização do reino, pelo que, para alguns estudiosos, os documentos apenas informam de que os Hititas tiveram contactos com um rei que ocupava uma posição privilegiada no mundo micénico, mas nada permite concluir onde se situava o seu país: tanto pode ter sido em Micenas, como em Atenas, em Pilos ou noutra qualquer cidade. Para outros, a identificação é possível, mas julgam difícil poder situá-la na Grécia continental e preferem uma localização mais próxima do Império Hitita, na Ásia Menor ou não longe dela: Rodes, Chipre ou mesmo a Trácia<sup>(9)</sup>. Aponto e discuto em *Hélade e Helenos* (pp. 38-39) as razões que me levam a dar algum crédito às opiniões de Desborough e Huxley, de que o contexto das fontes escritas requer um poder mais forte e um comando mais extenso. Mas já me custa a aceitar, sem reservas, a existência de um Império Micénico unificado ou subscrever a explícita afirmação de Desborough de que «there was one ruler over the whole Mycenaean territory, with his capital at Mycenae»<sup>(10)</sup>. É que, apesar de tão explícita afirmação, estamos perante um problema – o da unidade política dos Micénios – que constitui uma *vexata quaestio*, já por mim analisada em outro local<sup>(11)</sup>.

Confirmam os testemunhos das fontes escritas os dados arqueológicos das escavações que Manfred Korfmann, da Universidade de Tübingen, realizou recentemente, de 1981 a 1987: com o objectivo de estudar e conhecer melhor as relações entre o Ocidente e o Próximo Oriente, procedeu a trabalhos arqueológicos no Mediterrâneo Oriental, mais precisamente na baía de Besik, único porto natural situado na zona costeira da Tróade, a sul do estreito dos Dardanelos, a porta

para o interior da Ásia (figura 5)<sup>(12)</sup>. Nessa baía, onde os barcos que se dirigiam ao mar Negro tinham de esperar que amainassem os ventos que aí sopravam muito fortes do noroeste, encontrou Korfmann muitos testemunhos de contactos dessas regiões costeiras com os Micénios, como veremos mais adiante (pp. 12-13).

Mas os referidos arquivos hititas aludem também a lutas nos séculos XIV e XIII que opõem uma coligação de cidades da Ásia Menor – entre as quais encontramos nomes como Lukka, Taruisa, Wilusa (possivelmente Lícia, Tróia e Ílion) – a uma outra em que entram os Aqueus<sup>(13)</sup>. Dessa expedição ofensiva poderia preservar substancialmente a memória, embora com algum exagero, o «Catálogo das Naus» do Canto II da *Ilíada*, ao falar de poderosos efectivos que, sob o comando do rei de Micenas, combateram e destruíram Tróia. Aceita-se que ao «Catálogo das Naus» (Il. 2. 484 sqq.) subjaz um poema dos tempos micénicos sobre uma expedição cujos números, poderio em barcos e efectivos foram exagerados ao longo da transmissão oral<sup>(14)</sup>. Para Stubbings, essa parte da *Ilíada* «may almost be cribed as a Mycenaean historical document»<sup>(15)</sup>.

E assim entramos na delicada questão da historicidade da *Ilíada* e da *Odisseia* que parecem falar-nos também de contactos com o Próximo Oriente. Compostos provavelmente no século VIII a. C., esses poemas descrevem acontecimentos e factos da sociedade micénica que, como vimos, entra em declínio nos fins do século XIII e desaparece ao longo do século XII a. C.<sup>(16)</sup>. Levanta-se assim o problema da sua credibilidade e da legitimidade com que poderá ser aduzido o seu testemunho. Estaria o poeta habilitado a narrar os acontecimentos com fidelidade passado todo esse tempo e após um longo período de desconhecimento da escrita?

Na sequência dos estudos de Milman Parry, descobre-se que os Poemas Homéricos se baseiam na tradição oral legada ininterruptamente desde os tempos micénicos<sup>(17)</sup> que conservaria o conhecimento dos objectos micénicos descritos nos Poemas, alguns já em desuso no século XII e de modo algum existentes durante a Idade das Trevas. Se a comparação com outras obras da épica oral mostra que «oral tradition could perfectly well preserve historical facts for many centuries»<sup>(18)</sup>, demonstra também que a transmissão oral pode introduzir distorções capazes de alterar profundamente os factos<sup>(19)</sup>. É inegável, apesar disso, que algumas descrições dos Poemas Homéricos apresentam estreitas conexões com vários testemunhos arqueológicos do período micénico.

O estudo desses testemunhos – nomes dos grandes deuses, epítetos, armamento, arquitectura, joalheria, estrutura social e política,

as ideias, as crenças e os costumes – leva à conclusão de que estamos perante uma sociedade com elementos históricos e que existiram no tempo. Mas encontramos também discrepâncias significativas que levantam dificuldades e constituem objecções a não esquecer, quer no domínio da geografia, quer no que respeita à arquitectura, quer na presença, nos Poemas Homéricos, de dois tipos de escudo e de lança que indiciam estádios históricos diferentes, quer na existência de descrições de formações de combate em nítida táctica hoplítica que, como é sabido, não aparece na Grécia antes da segunda metade do século VIII<sup>(20)</sup>. Daí que alguns estudiosos preferam ver na cultura material dos Poemas Homéricos uma sobreposição de épocas e a mistura de objectos que não chegaram a coexistir historicamente<sup>(21)</sup>.

Estas inconsistências e sobreposição de épocas são perfeitamente explicáveis, se atendermos a que os Poemas surgem como fruto de uma épica oral que se foi transmitindo ao longo dos tempos. Nesse processo, os aedos não se limitaram a repetir o que os seus antecessores lhes haviam transmitido – compunham eles próprios, recorrendo a um vasto arsenal de fórmulas tradicionais que facilitavam e possibilitavam a improvisação. Muito natural seria, portanto, que entrassem na efabulação elementos da sociedade do seu tempo.

Alguns achados recentes obrigam a alguma prudência no que respeita a discrepâncias. Até há poucos anos, considerava-se haver divergência no que respeita aos costumes funerários, já que se usava a inumação entre os Micénios e predominava a cremação nos Poemas Homéricos. Uma descoberta da primeira metade da década de 1980 pode forçar-nos a olhar o problema de modo diferente. Manfred Korfmann, nas escavações que realizou na Tróade – na zona costeira da Ásia Menor ao sul dos Dardanelos, mais especificamente na baía de Besik – encontrou no cabo Yassitepe um cemitério, do século XIII a. C., onde se praticava também o rito de cremação. Situado a poucos quilómetros da colina de Hissarlik, num porto natural com situação privilegiada na zona, pensa Korfmann que bem poderia ser o local em que os Aqueus fundearam os navios e assentaram o acampamento. Embora acentue que ainda não possui dados suficientes, conclui: «I can only express an intuitive impression, a feeling I have that the cemetery which we have just laid bare at the harbor of Troy should belong to the very time when the Trojan War ought to have occurred»<sup>(22)</sup>.

Por outro lado, a escavação do *Heroon* de Lefkandi, uma povoação da costa ocidental da Eubeia que parece ter sido próspera entre 1100 e 750 a. C., faz-nos reflectir sobre a precariedade dos argumentos que se baseiam na pobreza de recursos da Idade das Trevas e leva-nos a alguma prudência na negação da tese de Finley de que o

fundamental dos elementos da sociedade micénica advêm dos séculos X e IX a. C. Túmulo do século X a. C. com as cinzas de um guerreiro e o esqueleto da mulher ornado com jóias de ouro<sup>(23)</sup>, esta descoberta, além de mostrar a coexistência dos ritos de inumação e cremação, parece oferecer um suporte de riqueza para o ambiente homérico. Apesar de tudo, trata-se de um caso que não invalida por inteiro as objecções acima especificadas. E são elas que levam Snodgrass a afirmar que a sociedade da *Ilíada* e da *Odisseia* deriva fundamentalmente da fusão de elementos dos últimos tempos micénicos e de elementos do século VIII a. C., em especial deste último. Embora considere difícil distinguir o que é reminiscência de uma e contributo de outra época, pensa que o poeta é mais devedor da sociedade do seu tempo<sup>(24)</sup>. Mais radicais são ainda Ian Morris, ao considerar nada haver nos Poemas Homéricos que se não possa reportar ao século VIII, e G. Wickert-Micknat, ao negar a proveniência micénica dos objectos dos Poemas a que tem sido dada tal origem<sup>(25)</sup>.

Apesar de tudo, talvez possamos concluir com Chadwick: «While we need not press our scepticism to the point of rejecting, the story of the Trojan War altogether, we must, I believe, express considerable reservations about the details of that war: its date, its cause, the participants and so on»<sup>(26)</sup>.

Estaríamos, portanto – e estou a apresentar a conclusão a que cheguei no meu estudo *Hélade e Helenos I* –, perante uma sociedade de sobreposição que recolhe características de várias épocas, como é da natureza de uma poesia oral: à medida que ela se transmite, vai-se povoando de novos dados e adaptando às estruturas sociais e políticas dessas épocas (pp. 46-62). Aceito deste modo a posição de Kirk, que vê nessa sociedade uma amálgama de elementos que se cruzaram e amoldaram uns aos outros ao longo de vários anos. E concluo com a afirmação de Chadwick: Homero «combines historical but not contemporary characters»<sup>(27)</sup>.

\*  
\* \*

Com esta questão – se a sociedade homérica existiu ou não realmente, tal como é descrita – relaciona-se o problema, de não menor complexidade, da realidade e localização de Tróia e sua identificação com a que a arqueologia descobriu na colina de Hissarlik. Se até aos fins do século XIX não se acreditava na historicidade da *Ilíada* nem na da Guerra de Tróia, as escavações iniciadas por Schliemann nessa colina, continuadas depois por Dörpfeld, dadas por concluídas por Blegen

e agora retomadas por Korfmann, puseram a descoberto nove cidades sobrepostas que cobre o espaço temporal de cerca de 3 000 a. C. ao período romano.

*Gosso modo*, poderemos datar essas várias camadas como segue (vide esquema temporal, fig. 3): a Tróia I estende-se de 3000 a 2500 a. C. A Tróia II preenche os dois séculos seguintes; as Tróias III, IV e V ocupam o tempo que vai de 2300 a 1700. A Tróia VI situa-se entre 1700 e 1250 e com ela se inicia uma nova civilização que aprende a domesticar e a utilizar o cavalo e trazia consigo novo estilo e nova técnica de olaria, a chamada cerâmica minia cinzenta – inovações idênticas às que trouxeram os povos entrados na Península Balcânica por volta de 2000 e vieram a dar origem aos Micénios<sup>(28)</sup>. A cidade, com muralhas de 6 a 10 metros de altura e 4 a 4,5 metros de largura, adquiriu considerável opulência e ruiu, segundo vários especialistas, em consequência de um sismo<sup>(29)</sup>. Sem solução de cultura, aparece depois a VII que cobre os cento e cinquenta anos seguintes – geralmente dividida em VIIa e VIIb –, que parece ter tido uma vida acidentada e dura, e, segundo Blegen, muito provavelmente teria sofrido as consequências de um cerco e teria sido destruída por um violento incêndio que a teria reduzido a escombros por meados do século XIII<sup>(30)</sup>. Com a des-

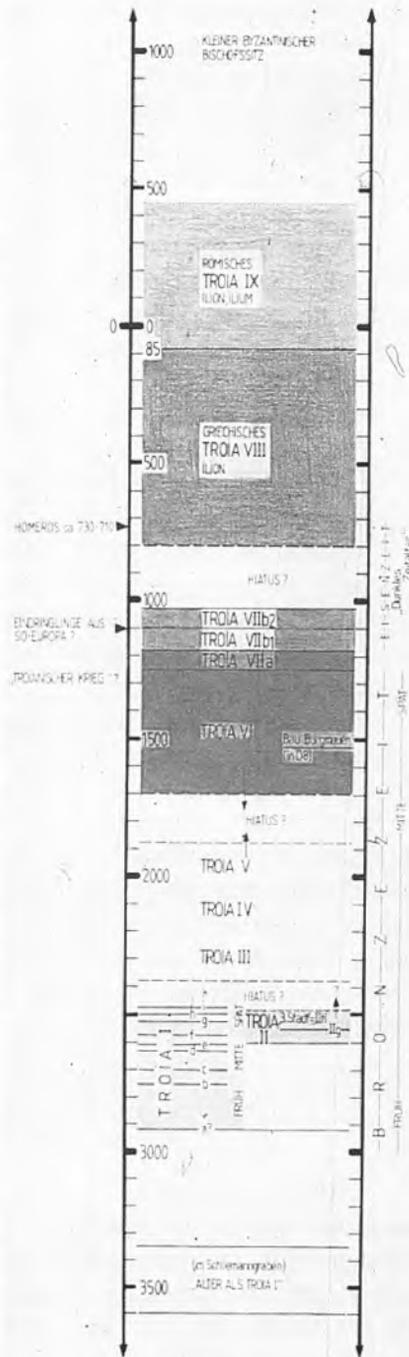


Fig. 3

truição da Tróia VIIb, cerca de 1100 a. C., verifica-se uma quebra definitiva<sup>(31)</sup>. A Tróia VIII – fundada por colonos gregos que aí chegam possivelmente já no século X a. C. – vai até 85 a. C. e a IX, já romana, preenche o tempo que vai de 85 a. C. a 500 d. C. (fig. 6).

A partir das escavações e estudos de Blegen constituiu-se uma opinião generalizada de que a Tróia homérica corresponderia à VIIa<sup>(32)</sup>. Mas ultimamente alguns factos e descobertas arqueológicas tornaram a avolumar as dúvidas. Dado o facto de, na colina de Hissarlik, não ter aparecido qualquer inscrição que permita a identificação sem margem para dúvidas, Finley desde 1964 (*JHS* 84, pp. 1-9) recusa a historicidade da Guerra de Tróia, ao considerar que a cidade aí descoberta não corresponde à Tróia da tradição épica<sup>(33)</sup> e ao defender a tese de que os acontecimentos descritos nos Poemas Homéricos devem ser situados na Idade das Trevas, nos séculos XI e X a. C. Alguns indícios das últimas escavações parecem querer dar-lhe razão, já que se encontraram no estrato da Tróia VIIa peças de cerâmica, se bem que em pequeno número, que parecem pertencer ao Heládico Recente IIIC – ou seja ao século XII a. C. Se tal se confirmar, colocará a destruição da Tróia VIIa depois da queda de Micenas e de Pilos (fins do século XIII) e virá dar razão à data sugerida por Finley – que ultimamente tem sido apoiada por vários arqueólogos e historiadores<sup>(34)</sup>.

A questão voltou a merecer a atenção dos especialistas e instituições e, a partir da década de 1980, adquiriu de novo um plano de evidência. Nessa década efectuaram-se duas reuniões científicas especificamente sobre o assunto, nas quais se reequacionou a questão e se reanalisaram os pontos controversos, procurando enquadrá-los no contexto histórico da Anatólia da época: o colóquio *The Trojan War. Its historicity and context*, realizado em Liverpool, em 1981, e patrocinado pelo Greenbank, e o simpósio *Troy and Trojan War*, que decorreu em Bryn Mawr College, em Outubro de 1984 –, cujas actas foram publicadas em 1984 e 1986, respectivamente<sup>(35)</sup>. E, facto elucidativo, a posição e conclusões de um e de outro são sensivelmente diferentes. O primeiro, mais céptico, tende a negar a historicidade de Tróia, a ponto de, nas conclusões, considerar que a história da Idade do Bronze Recente, na região, não deixa lugar nem motivo para hostilidades micénicas contra essa cidade e que cada vez mais a Guerra de Tróia aparece como «a literary and cultural problem, not a historical problem» (p. 180). O simpósio de Bryn Mawr College, embora a cada passo de forma acentuadamente hipotética, tende a aceitar essa historicidade, mas sugerindo uma datação mais tardia para a Tróia VIIa – fase final do Heládico Recente IIIC ou mesmo período geométrico<sup>(36)</sup> – e que a Tróia homérica deve ser identificada com a última

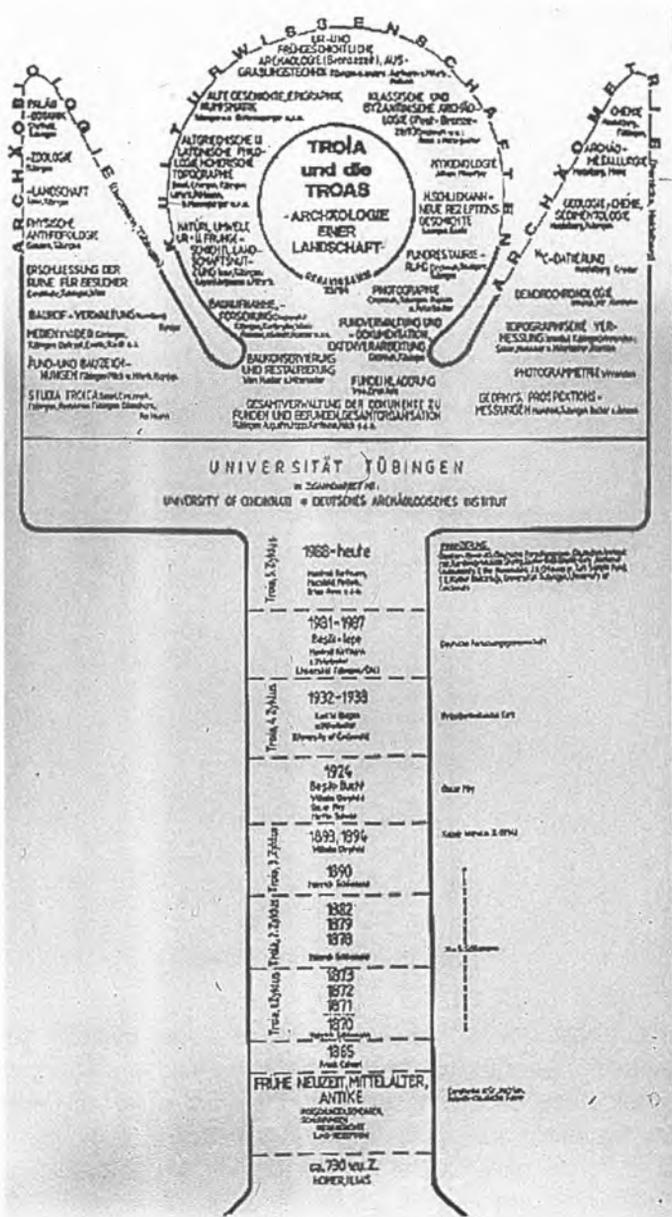
fase da VI (sobretudo pp. 88-89 e 99-100). Uma das comunicações é da autoria de Manfred Korfmann que, nas escavações realizadas na zona costeira da Tróade, na baía de Besik, como vimos, além de detectar abundantes testemunhos de contactos dessas regiões costeiras com os Micénios, esbarrou com a incontornável questão de Tróia. E as escavações recomeçaram em 1988, agora dirigidas por Korfmann e pela Universidade de Tübingen, com uma numerosa equipa em que entram várias universidades e instituições e que, além de arqueólogos e historiadores, inclui também especialistas de paleobotânica, de paleozoologia, de paleopaisagem, de arqueologia metalúrgica, de química e de dendrologia (vide fig. 4).

Essas escavações mostraram que aí sopravam, da primavera ao outono, ventos do noroeste muito fortes – o que, curiosamente, condiz com o epíteto «ventosa Ílion», dado pela *Ilíada* a Tróia –, e que os barcos que se dirigiam ao mar Negro tinham de esperar na baía de Besik, situada a 8 km de Hissarlik, que esses ventos amainassem, ficando à mercê da cidade que aí se erguia. Considera, por outro lado, que os vestígios arqueológicos dessas zonas costeiras da Tróade indiciam um florescente comércio marítimo, talvez mesmo um domínio micénico no mar, e que a considerável quantidade de cerâmica micénica aí encontrada testemunha certa familiaridade desse povo com os habitantes da cidade da colina de Hissarlik, o que o leva mesmo a afirmar que, com base na quantidade de cerâmica aí descoberta, o local teria sido declarado colónia micénica senão fosse o nome de Tróia e a *Ilíada*. Faz pressupor ainda a especial importância estratégica dessa cidade para os Micénios e sublinha, por outro lado, que o campo de batalha e o local de acampamento dos Aqueus, descrito por Homero na *Ilíada*, se adapta a essa região da baía de Besik (pp. 12-16). Pensa Korfmann que, dada a situação estratégica para o controlo da entrada dos Dardanelos, teria havido várias guerras em Hissarlik, entre o século XIV e o XIII a. C. As escavações, recorrendo a meios electrónicos modernos de prospecção, mostraram ainda que a cidade tem uma extensão dez vezes maior do que se supunha, a partir das muralhas da Tróia VI; e que a escrita já era conhecida (sinete de c. 1190-1040 a. C.)<sup>(37)</sup>.

Em face do que se acaba de expor, não vê Korfmann motivos que impeçam que a Tróia VI seja a Tróia homérica nem encontra razões para duvidar que o autor da *Ilíada* conhecia bem os lugares que descreve.

Nos inícios do século XIII, certas alterações na área oriental do Mediterrâneo teriam dificultado as relações comerciais dos Micénios com as regiões confinantes, provocando uma espécie de asfixia eco-

Fig. 4



nómica que teria levado esses povos, no dizer de Stubbings, a lançarem-se, talvez num acto de desespero, numa expedição ao Mediterrâneo oriental possivelmente contra Tróia<sup>(38)</sup>. Demorada e vultuosa, essa empresa mobilizaria a maior parte da classe aristocrática, pelo

Fig. 5



que enfraqueceu substancialmente a capacidade de defesa das cidadelas<sup>(39)</sup>. Tal situação teria sido aproveitada por facções contrárias, por ambiciosos ou pelas classes inferiores, cuja vida era dura e difícil. Em tal contexto não deixa de ter significado a informação de Pausânias 4. 3. 6-7, de que os habitantes de Pilos pactuaram com os Dórios de Cresfonte, por não suportarem a dinastia mínia. Um sintoma de tal estado de rebelião podemos detectá-lo na tradição que refere o mau acolhimento que esperava alguns heróis e as alterações sociais que estes encontram, quando regressam aos seus reinos. Essas perturbações, de que o exemplo mais frisante é o da casa dos Atridas na Argólida, são precisamente, na opinião de Mylonas e Vlachos, indícios do que se passou na sociedade micénica: este encontra aí a origem

do seu declínio, e para o primeiro explicar-se-iam desse modo, pelo menos em parte, as destruições verificadas nos fins do século XIII<sup>(40)</sup>. É também uma tal situação que, segundo Stubbings (*CAH*, II, 2, p. 367), possivelmente oferece a explicação para os dados da lenda que referem, após a guerra de Tróia, estadias longas de alguns heróis em certas regiões do Mediterrâneo – caso de Menelau no Egipto –, longos erros de outros, antes do regresso, o estabelecimento de outros em novos locais e os distúrbios que ainda outros foram encontrar no palácio.

Assim se explicaria, em grande parte, o declínio micénico sem necessidade de recorrer à Invasão dos Dórios em cuja veracidade me custa a acreditar. A tendência geral é para aceitar essa invasão e ver nela o agente fundamental da queda da sociedade micénica. Embora muitos historiadores e arqueólogos já não vejam nela uma vaga de povos vindos do exterior, mas um movimento efectuado dentro dos próprios limites da Grécia, vindo das isoladas regiões montanhosas do Noroeste, sinto sérias dificuldades em reconhecer testemunhos dessa invasão ou movimento, com a excepção do dialecto dórico, como afirmei e procurei mostrar em *Hélade e Helenos I* (pp. 67 sqq.). E mesmo o dialecto pode ter outra possível e aceitável explicação, como veremos.

Concordo, por isso, com Chadwick, quando afirma que «the coming of the Dorians is, archaeologically speaking, a non-event: the pretended Dorians remain totally invisible, for they brought with them neither iron, dress-pins, nor cremation nor even any recognisable pottery»<sup>(41)</sup>.

E assim, apesar de todas as explicações e atenuantes que possam ser aduzidas, continua a ser estranho que os Dórios não tenham deixado quaisquer vestígios de elementos culturais, susceptíveis de lhes serem atribuídos com segurança<sup>(42)</sup>.

\*  
\* \*

Ponho também de lado a hipótese de R. Carpenter de que o colapso micénico foi motivado por uma mudança de clima, que teria provocado calor, escassez de chuvas, seca e fome subsequente<sup>(43)</sup>, por concordar com Chadwick de que se trata de uma mera especulação que não deve ser aceite sem uma prova científica, e com Hooker, quando observa não fazerem as tabuinhas do Linear B a mínima referência a carências de qualquer espécie<sup>(44)</sup>.

Considero igualmente muito pouco provável a explicação avançada por outros arqueólogos e historiadores que vêem no declínio micé-

nico e nas destruições das suas cidadelas factos relacionáveis com a movimentação dos povos que, nos fins do século XIII e início do século XII, actuavam no Egeu Oriental: os misteriosos «Povos do Mar» que talvez tenham sido os causadores da queda do Império Hitita e atacaram o Egipto e Chipre<sup>(45)</sup>. É bem possível, portanto – sublinham eles –, que as cidades micénicas tivessem sido também vítimas das razias e investidas demolidoras desses povos. Assim o consideram Finley e Hopper, se bem que o último admita, para as destruições, a concorrência de vários outros factores. Já a Mylonas – embora aceite que esses povos, para além de terem participado em razias e ataques que destruíram cidadelas, tivessem lançado o caos no Egeu e por consequência afectado profundamente a economia dos Micénios – parece improvável que tenham constituído a causa principal do seu declínio. Para Sandars, os «Povos do Mar» são mais um efeito da decadência daquela sociedade e de outras que dominaram as margens do Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Recente, do que a sua causa. F. J. Tritsch, por seu turno, sugere a hipótese de os obreiros principais do declínio micénico e hitita terem sido os grupos de «saqueadores de cidades», o título mais desejadamente ambicionado, como está bem explícito nos Poemas Homéricos (*ptoliporqoi*) – que tinham o Egeu por palco de actuação, desde os tempos anteriores à guerra de Tróia<sup>(46)</sup>.

De qualquer modo, das tabuinhas do Linear B de Pilos parece, de facto, poder deduzir-se o receio de um ataque vindo do mar, e Mylonas admite que este palácio tenha sido destruído por uma surtida de piratas<sup>(47)</sup>. Greenhalgh observa, no entanto, que se torna difícil aceitar a hipótese de as destruições provirem de povos que actuavam no mar: primeiro, lugares costeiros, como Atenas, sobreviveram, enquanto povoações do interior foram totalmente aniquiladas; em segundo lugar, os refugiados dirigiram-se para o mar, tentando pôr-se a salvo nas ilhas e nas regiões costeiras do Ocidente e do Oriente, o que seria impensável se o perigo daí proviesse<sup>(48)</sup>.

Parece aliciante, por isso, uma hipótese de Chadwick e de Hooker, aparecida em 1976 em publicações independentes, e que oferece uma explicação coerente para a origem dos dialectos gregos e prescinde da invasão dos Dórios, já que postula a sua coexistência temporal e espacial com os Micénios<sup>(49)</sup>. Estes, uma classe superior, dirigente, fortemente influenciada pela cultura e língua dos Minóicos, utilizariam o micénico normal ou padrão; aqueles, pertencentes a uma classe inferior, dominada, fariam uma língua, em certos aspectos mais conservadora, que deixou vestígios nas tabuinhas – a que Risch chama «micénico especial» e Chadwick prefere designar de «protodó-



Fig. 6

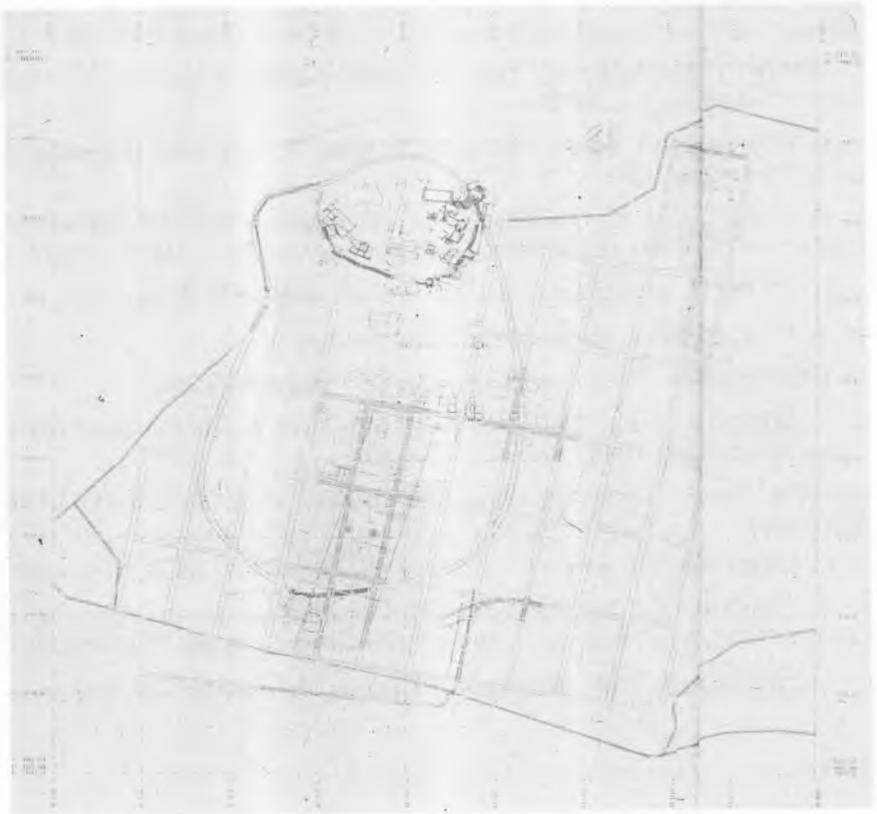


Fig. 7

rico»<sup>(50)</sup>. Essa classe inferior, como observa Bartonek, apresentava possivelmente, de região para região, diferenças que podem ter ajudado mais tarde à diversificação dialectal<sup>(51)</sup>. Após o colapso micénico, a camada inferior surge em primeiro plano: libertou-se e impôs o seu modo de falar, enquanto a aristocracia se viu obrigada a emigrar e a procurar refúgio em outras zonas, foi subjugada ou absorvida<sup>(52)</sup>.

## Bibliografia

- C. W. BLEGEN, *Troy and the Trojans*, Londres, 1963 [Blegen, *Troy*]
- J. CHADWICK, «Who were the Dorians?», *PP* 166 (1976)
- J. CHADWICK, *Mycenaean World*, Cambridge, 1976 [Chadwick, *MW*]
- R. A. CROSSLAND & Ann BIRCHALL (edd.), *Bronze Age Migrations in the Aegean. Archaeological and Linguistic Problems in Greek Prehistory*, Londres, 1973
- V. R. d'A. DEBOROUGH, *The Last Mycenaeans and their Successors*, Oxford, 1964 [Desborough, *LMTS*]
- José Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos. I – Génese e Evolução de um Conceito*, Coimbra, 1992
- L. FOXHALL e J. K. DAVIES (edd.), *The Trojan War. Its historicity and context*, Papers of the First Greenbank Colloquium, Liverpool, 1981, Bristol, 1984
- J. T. HOOKER, *Mycenaean Greece*, Londres, 1976 [Hooker, *MG*]
- G. S. KIRK, *The Songs of Homer*, Cambridge, 1962
- M. KORFMANN, *A Tour of Troia – Part B*, Istambul, 1992
- M. J. MELLINK (ed.), *Troy and the Trojan War. A symposium held at Bryn Mawr College, october, 1984*, Bryn Mawr, 1986
- G. MYLONAS, *Mycenae and Mycenaean Age*, Princeton, 1966 [Mylonas, *Mycenae*]
- D. L. PAGE, *History and the Homeric Iliad*, Berkeley, 1959 (repr. 1972)
- R. H. SIMPSON E F. LAZENBY, *The Catalogue of the Ships in Homer's Iliad*, Oxford, 1970 sobretudo pp. 153-171 [Simpson-Lazenby, *Catalogue*]
- A. SNODGRASS, *The Dark Age of Greece*, Edimburgo, 1972 [Snodgrass, *DAG*]

## Notas

(1) *Antike Welt* 32, 5 (2001) 535.

(2) Figura colhida em M. KORFMANN, *A Tour of Troia — Part B* (Istanbul, 1992), p. 22.

(3) É possível que «Aqueus» fosse o nome nacional que a si próprios se davam os povos que habitavam a Grécia na altura da florescente sociedade dita micénica. Dois pormenores apontam para tal conclusão: esse (*Achaioi*) é o nome que lhe atribuem os Poemas Homéricos, de que uma boa parte remonta a essa época; e o facto de o mesmo nome figurar em documentos hititas e egípcios dos séculos XIV e XIII a. C. Vide José Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos. I — Génese e Evolução de um Conceito* (Coimbra, 1992), pp. 37-38 e 267-268. Sobre a historicidade dos Poemas Homéricos vide pp. 39-66 da mesma obra.

(4) «The pre-Mycenaean pottery of mainland», *Annual of the British School at Athens* 22 (1916) 175-189 (*apud* STUBBINGS, *Prehistoric Greece*, London, 1972, p. 56).

(5) Os Micénios não apresentavam, ao que tudo indica, uma unidade política: a lenda fala de ataques de micénios contra outros micénios (dos Pelópidas aos Perseidas em Micenas, dos Neleidas que tomam Pilos e combatem contra Hércules), a que devemos associar as destruições de cidadelas (por exemplo de Cnossos, nos inícios do século XIV, e de Tebas, em c. 1300 a. C.) e a construção de muralhas (séculos XIV e XIII a. C.) para sua defesa. Acresce que os dados arqueológicos não implicam essa unidade, nem as tabuinhas do Linear B lhe fazem qualquer alusão. Por isso, hoje, tende-se a falar em «grupos de micénios» ou reinos micénicos. O recurso aos arquivos hititas — que falam de um poderoso reino dos Ahhiyawa em que muitos se apoiam — e às informações dos Poemas Homéricos, que se reportam aos tempos micénicos, de modo algum permite contornar e dilucidar a dificuldade. Sobre a unidade política dos Micénios e legitimidade para utilizar os dados dos arquivos hititas e dos Poemas Homéricos vide José Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos*, pp. 33-66.

(6) Vide G. MYLONAS, *Mycenae and Mycenaean Age* (Princeton, 1966), p. 87 [de futuro: Mylonas, *Mycenae*].

(7) Para bibliografia sobre o assunto, dos que concordam e discordam da identificação, vide o meu trabalho, *Hélade e Helenos I*, p. 37 nota 1.

(8) «Sinaranu, son of Siginu, and the trade relations between Ugarit and Crete», *Minos* 23 (1988) 7-13.

(9) Vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, pp. 37-38.

(10) *The Last Mycenaeans and their Successors* (Oxford, 1964), p. 218 [a partir de agora: Desborough, *LMTS*].

(11) *Hélade e Helenos I*, pp. 33-66.

(12) M. KORFMANN, «Besik Tepe: Trojan sixth and seventh settlements», in M. J. Mellink (ed.), *Troy and the Trojan War. A symposium held at Bryn Mawr College, october, 1984* (Bryn Mawr, 1986), pp. 12-16.

(13) Vide H. G. GÜTERBOCK, «Troy in Hittite texts», in M. J. Mellink (ed.), *Troy and the Trojan War*, pp. 33-44. D. F. EASTON, «Hittite history and the Trojan War», in L. Foxhall

and J. K. Davies (edd.), *The Trojan War. Its historicity and context* — Papers of the First Greenbank Colloquium, Liverpool, 1981 (Bristol, 1984), pp. 23-35 (esp. 27-28) e 58 não aceita a identificação de Lukka dos documentos a Lícia. Para mais bibliografia sobre o assunto vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, p. 45 e nota 3

<sup>(14)</sup> Vide R. H. SIMPSON and F. LAZENBY, *The Catalogue of the Ships in Homer's Iliad* (Oxford, 1970) sobretudo pp. 153-171 [Simpson-Lazenby, *Catalogue*]; D. L. PAGE, *History and the Homeric Iliad* (Berkeley, 1959, repr. 1972), pp. 118-177; M. M. Willcock, *The Iliad of Homer I-XII*. Ed. by ... (London, 1978), ad II. 494-759; J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, pp. 45-46 e nota 1 da p. 46. Opinião um pouco discordante é a de WEST, «Greek Poetry 2000-700 B. C.», *CQ* 23 (1973) 191-192.

<sup>(15)</sup> *CAH*, II. 2, p. 143.

<sup>(16)</sup> Vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, pp. 55 sqq.

<sup>(17)</sup> M. PARRY, *The making of Homeric verse*. Collected Papers (ed. Adam Parry, Oxford, 1971), caps 1-6. Sobre o assunto e discussão da bibliografia vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, pp. 40-41.

<sup>(18)</sup> J. CHADWICK, *Mycenaean World* (Cambridge, 1976), p 181 [de futuro: Chadwick, *MW*].

<sup>(19)</sup> Vide M. I. FINLEY, *The world of Odysseus* (London, 1956), pp. 50-51 e «The Trojan War», *JHS* 84 (1964) 1-9; G. S. KIRK, «The Character of the Tradition», *JHS* 84 (1964) 12-17. Parece-me, contudo, excessiva a ilação que daí retira Finley, de que nenhuma informação de valor nos podem fornecer os Poemas Homéricos acerca da Guerra de Tróia, quer no que respeita à narração dos acontecimentos propriamente ditos e suas causas, quer quanto aos povos que nela participaram. Vide «The World of Odysseus Revisited», *PCA* 71 (1974) 21-23 e «Lost: the Trojan War», in *Aspects of Antiquity. Discoveries and controversies* (Penguin Books, 21977, repr. 1978), pp. 31-42. Aceitando no último estudo uma data para a destruição de Tróia posterior a 1200, sugere que a sua causa seja a movimentação dos chamados «Povos do Mar» (pp. 39-41), bem como uma onda de devastações nas zonas costeiras do Mediterrâneo, sendo possível que grupos de Aqueus se tivessem juntado aos atacantes, quando o seu próprio mundo se viu ameaçado. A mesma hipótese é emitida em *Early Greece. The Bronze and Archaic Ages* (London, 1970), pp. 61-63.

<sup>(20)</sup> E. g. *Il.* 4 274; 7. 61; 8. 60-65; 13. 130-135, 145-152 e 339; 16. 211-217; 19. 359. Vide G. S. KIRK, *The Songs of Homer* (Cambridge, 1962), pp. 186-187; WEBSTER, *From Mycenae to Homer* (London, 1958), pp. 219-220. Sobre o aparecimento da hoplitia na Grécia, vide A. ANDREWS, *The Greek Tyrants* (London, 1956, repr. 1974), pp. 31-33; A. M. SNODGRASS, «The Hoplite Reform and History», *JHS* 85 (1965) 110; WEBSTER, *From Mycenae to Homer*, pp. 214-215; M. DETIENNE, «La phalange: problèmes et controverses», in J.-P. Vernant (ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne* (Paris, 1968), pp 119-142.

<sup>(21)</sup> Sobre a discussão do problema vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos I*, pp. 46-60.

<sup>(22)</sup> «Besik Tepe: New evidence for the period of the Trojan sixth and seventh settlements», in M. J. Mellink (ed.), *Troy and the Trojan War*, pp.17-28. Citação da p. 28.

<sup>(23)</sup> Junto estavam os esqueletos dos cavalos. Vide O. T. P. K. DICKINSON, «Homer, the poet of the Dark Age», *G&R* 33 (1986) 24-25; G. FORREST, «Greece: History of the archaic period», in J. Boardman, J. Griffin and O. Murray (edd.), *The Oxford history of the classical world* (Oxford Univ. Press, 1986), p. 20 e fig. 24.

(24) *The Dark Age of Greece* (Edinburgh, 1972), pp. 390 e 429-436 [SNODGRASS, DAG]. Na p. 390, por exemplo, afirma que, se alguns dados parecem puramente micênicos, «many more... must be taken from the poets own times».

(25) I. MORRIS, «The use and abuse of Homer», *Classical Antiquity* 5 (1986) 81-138; WICKERT-MICKNAT, «Die Frage der Kontinuität. Bemerkungen zum Thema 'Mykene und Homer'», *Gymnasium* 93 (1986) 337-347.

(26) *Mycenaean World*, p. 185.

(27) Respectivamente, *The Songs of Homer*, pp. 179-210 e *Mycenaean World*, p. 183.

(28) Sobre esta entrada de novos povos, indo-europeus, e sobre a formação dos Micênicos vide J. Ribeiro FERREIRA, *Hélade e Helenos* I, pp. 15-28. Sobre o problema levantado pelo aparecimento de um tipo semelhante de cerâmica no continente grego pela mesma altura vide o trabalho acabado de citar, pp. 12-13.

(29) *Ibidem*.

(30) Vide C. W. BLEGEN, *Troy and the Trojans* (London, 1963), pp. 147-164 [de futuro: BLEGEN, *Troy*]; PAGE, *HHI*, pp. 71-74; L. W. TAYLOUR, *The Mycenaeans* (London, 1964), pp. 172-175 [TAYLOUR, *Myc*]; G. L. HUXLEY, *Achaean and Hittites* (Oxford, 1960, repr. Belfast, 1965), pp. 30-31 [a partir de agora: HUXLEY, *AH*] e «Thucydides and the Date of the Trojan War. A note», *PP* 54 (1957) 209-212.

(31) Vide BLEGEN, *Troy*, pp. 165-172; M. H. Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica I — Cultura Grega* (Lisboa, 1998), pp. 56-62.

(32) Vide PAGE, *HHI*, pp. 73-74; BLEGEN, *Troy*, pp. 162-163. Para a identificação com a Tróia VIIIb, vide M. L. WEST, «Greek Poetry 2000-700 B. C.», *CQ* 23 (1973) 188-191.

(33) As suas opiniões são contestadas no mesmo número da revista *JHS* por J. L. CASKEY, «Archaeology and the Trojan War», *JHS* 84 (1964) 9-11; por G. S. KIRK, «The Character of the Tradition», *JHS* 84 (1964), pp. 12-17; e por D. Page, «Homer an the Trojan War», *JHS* 84 (1964) 17-20.

(34) É a posição, por exemplo, de J. T. HOOKER, *Mycenaean Greece* (London, 1976), pp. 166-168 [de futuro: HOOKER, *MG*]; O. T. P. K. DICKINSON, «Homer, poet of the Dark Age», *G&R* 33 (1986) 20-37.

(35) L. FOXHALL and J. K. DAVIES (edd.), *The Trojan War. Its historicity and context. Papers of the First Greenbank Colloquium — Liverpool, 1981* (Bristol, 1984); M. J. MELLINK (ed.), *Troy and the Trojan War. A symposium held at Bryn Mawr College, october, 1984* (Bryn Mawr, 1986).

(36) M. KORFMANN, «Besik Tepe: Trojan sixth and seventh settlements», in M. J. Mellink (ed.), *Troy and the Trojan War*, pp. 25-26.

(37) Sobre essa extensão e novas escavações vide Michael SIEBLER, «Troia. Geschichte, Grabungen, Kontroversen», *Antike Welt* 25 (1994), pp. 84-99 e figuras 119 e 129.

(38) *CAH*, II, 2, p. 358. As relações, amigáveis até aí, parecem ter-se deteriorado nos fins do século XIV e inícios do XIII (*CAH*, II, 2, pp. 338-343). Para a alteração das relações comerciais com o Oriente, vide N. K. SANDARS, *The Sea Peoples* (London, 1978), pp. 183-184. Sobre as relações comerciais dos Micênicos com o Mediterrâneo Oriental, vide Hooker, *MG*, pp. 112-139. J. MELLAART, in L. Foxhall and J. K. Davies (edd.), *The Trojan War*, pp. 173-174 não aceita essas relações entre os Micênicos e os Hititas.

(39) Vide HUXLEY, *AH*, p. 45.

(40) Respectivamente, *Mycenae and Mycenaean Age* (Princeton, 1966), pp 224-229 [de futuro: Mylonas, *Mycenae*]; e G. C. VLACHOS, *Les sociétés politiques homériques* (Paris, 1974), pp. 374-375. Mylonas, *Mycenae*, pp. 231-233, pensa, contudo, já não ser possível explicar do mesmo modo o ruir final de cerca de 1125 que acabou com o Heládico Recente IIIC, porquanto se não detecta um aumento da influência do povo nas capitais, como seria natural após uma revolução bem sucedida, e pelo contrário se verifica um abaixamento populacional.

(41) «Who were the Dorians?», *PP* 166 (1976) 104.

(42) Vide SNODGRASS, *DAG*, pp. 305-323; HOOKER, «The Coming of the Greeks», *Historia* 25 (1976) 137-138. A tal propósito considera Raquel López Melero, num livro sobre a história da Grécia antiga, publicado nos finais da década de 1980, que, embora se não possa dizer que a questão da invasão dórica esteja definitivamente superada nem que sejam unânimes as interpretações relativas ao declínio dos reinos micénicos, não há outro remédio senão assumir pelo menos «la falta de pruebas arqueológicas, lingüísticas y derivadas de la tradición antigua con respecto a la existencia de una invasión doria de la Grecia Central y el Peloponeso a finales de la Edad del Bronce y en relación de causa a efecto con la desintegración de los centros micénicos»: J. María BLÁZQUEZ, R. López MELERO y J. José SAYAS, *Historia de Grecia antigua* (Madrid, Cátedra, 1989), pp. 239-242. Citação da p. 242.

(43) *Discontinuity in Greek Civilization* (Cambridge, 1968), sobretudo pp. 59 sqq.

(44) Respectivamente, *MW*, p. 192 e *MG*, p. 177.

(45) A eles se referem os documentos egípcios e talvez os hititas. Vide R. D. BARNETT. «The Sea Peoples», *CAH*, II, 2, pp. 399-378; DESBOROUGH, *LMTS*, pp. 237-241; A. NIBBI, «The identification of the 'Sea Peoples'», in R. A. Crossland & Ann Birchall (edd.), *Bronze Age Migrations in the Aegean. Archaeological and Linguistic Problems in Greek Prehistory* (London, 1973), pp. 204-207; SANDARS, *Sea Peoples*. Duvidam, contudo, alguns estudiosos de que os documentos hititas lhes façam alusão.

(46) Respectivamente, FINLEY, *Early Greece*, pp. 58-68; R. J. HOPPER, *Early Greeks* (London, 1976), pp. 38-40, 66-68 e 72; MYLONAS, *Mycenae*, pp. 230-231; SANDARS, *The Sea Peoples*, pp. 186-188; F. J. TRITSCH, «The 'Sackers of Cities' and the 'movement of populations'», in R. A. Crossland & Ann Birchall (edd.), *Bronze Age Migrations in the Aegean. Archaeological and Linguistic Problems in Greek Prehistory* (London, 1973), pp. 233-239.

(47) *Mycenae*, p. 227. Vide ainda SANDARS, *The Sea Peoples*, pp. 180-182. Para o receio que se detecta nas tabuinhas do Linear B, vide M. G. F. VENTRIS and J. CHADWICK, *Documents in Mycenaean Greek* (Cambridge, 21973), pp. 183-194; CHADWICK, *MW*, 173-179 e 191-192; M. LEJEUNE, «La civilisation Mycénienne et la guerre», in J.-P. Vernant (ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne* (Paris, 1968), pp. 34-43; L. R. PALMER, *Mycenaeans and Minoans* (London, 1961), pp. 18-19 e 132-143 e *The Interpretation of Mycenaean Greek Texts* (Oxford, 21969), pp 103-109.

(48) P. A. L. GREENHALGH, «How are the Mighty Fallen?», *AClass* 21 (1978) 25-27.

(49) Vide CHADWICK, «Who were the Dorians?», *PP* 166 (1976) 103-117 e «The Mycenaean Dorians», resumo em *BICS* 23 (1976) 115-116; HOOKER, *MG*, pp. 163-180 e «New

reflexions on the Dorian invasion», *Klio* 61 (1971) 353-360. Segundo A. Lopez EIRE e J. Méndez DOSUNA, «El problema de los dialectos dóricos y nordoccidentales», *Emerita* 48 (1980) 15-30, a dialectogia não postula uma invasão dórica, já que todas as inovações comuns aos dialectos dóricos ou não são exclusivas deles ou são relativamente recentes.

<sup>(50)</sup> E. RISCH «Les différences dialectales dans le mycénien», in *Cambridge Colloquium on Mycenaean Studies* (Cambridge, 1965), pp. 150-157; J. CHADWICK, «Who were the Dorians?», *PP* 166 (1976) 112-114.

<sup>(51)</sup> A. BARTONEK, «The Place of Dorians in the Late Helladic World», in R. A Crossland & Ann Birchall (edd.), *Bronze Age Migrations in the Aegean. Archaeological and Linguistic Problems in Greek Prehistory* (London, 1973), pp. 305-311.

<sup>(52)</sup> Vide CHADWICK, «Who were the Dorians?», *PP* 166 (1976) 113-115.